



# PROMETEUS - FILOSOFIA



MESTRADO EM FILOSOFIA/ UFRS - CATEDRA UNESCO/ ARCHAÍ

Julho - Dezembro de 2014 - volume 7 - Ano 7 - N. 16

ISSN: 2176-5960

## FOGO, ESCADA, PURGANTE: A LINGUAGEM CÉTICA

Ana Paula Grillo El-Jaick  
Doutora em Letras pela PUC-Rio  
Professora Adjunta do Dep. de Letras da UFJF

**RESUMO:** Este trabalho nasce da hipótese de que, hoje, temos um outro objeto sobre o qual recai a dúvida cética: a linguagem. Com esse ponto de partida, fui buscar em nossa fonte do ceticismo ocidental, Sexto Empírico, algum vestígio que já indicasse alguma suspensão do juízo quanto à estabilidade do significado linguístico. Deste modo, este escrito é uma investigação a respeito da linguagem cética de Sexto Empírico. O objetivo aqui é buscar identificar que perspectiva(s) de linguagem orienta(m) o pirrônico em seus escritos que chegaram até nós, principalmente em seu tratado *Contra os gramáticos*. Longe de querer extrair de Sexto Empírico qualquer doutrina, meu interesse foi caracterizar o ponto de vista (cético-)linguístico adotado como pano de fundo para suas considerações céticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ceticismo. Linguagem. *Contra os gramáticos*. Sexto Empírico.

**ABSTRACT:** This work comes from the hypothesis that, today, we have another object upon which rests the skeptical doubt: language. With this starting point, I went to investigate our source in the western skepticism, Sextus Empiricus, to look after some vestige that already would indicate a suspension of judgment about the stability of linguistic meaning. Thus, this writing is an investigation into the skeptical language of Sextus Empiricus. The goal here is to identify what perspective(s) of language guides the pyrrhonian in his writings that have survived, especially in his treatise *Against the Grammarians*. Far from wanting to extract from Sextus any doctrine, my interest was to characterize the linguistic(-skeptical) point of view adopted as a backdrop for his skeptical considerations.

**KEYWORDS:** Skepticism. Language. *Against the Grammarians*. Sextus Empiricus.

## 1. O risco, o passo, o gole: uma introdução

Este trabalho parte da hipótese de que, contemporaneamente, há uma nova pergunta cética, o que, então, faria com que estivéssemos diante de um novo objeto privilegiado pela dúvida – a linguagem. O fato é que se constata hoje a existência de certo magnetismo entre o *ceticismo*, por um lado, e a compreensão de linguagem que tem sido caracterizada como *não representacionalista* (ou *pragmática*), por outro.

Chamo de visão *não representacionalista* de linguagem uma das concepções que inflamaram o debate filosófico desde a chamada *virada linguística*, perspectiva essa que teve como seu oposto a tradicional visão *representacionalista* de linguagem.

Uma visão *representacionalista* seria aquela que postula como paradigma de linguagem uma visão *instrumentalista* da linguagem humana, em que esta serviria como um *instrumento* para representar seja a realidade, seja ideias mentais. Contra essa visão teríamos a ideia – como aquela postulada por Wittgenstein (o segundo), Foucault, Derrida – de que a linguagem não é mera representação de segunda ordem de alguma coisa anterior a ela (seja o real, seja o mental), mas a linguagem humana é uma *prática* feita no mundo: linguagem e realidade se constituem mutuamente nas mais variadas práticas linguísticas possíveis.

Desse embate, o que se tem constatado contemporaneamente, conforme salientei no início, é uma espécie de *atração* entre uma visão pragmática de linguagem e uma espécie de *ceticismo linguístico*. Sensível a esta correlação, Martha Nussbaum, no artigo “*Skepticism about practical reason in literature and the law*”, reconhece na desconfiança contemporânea sobre a linguagem uma manifestação inequívoca de ceticismo, mais especificamente a manifestação de um ceticismo *pirrônico*, aquele do qual Sexto Empírico nos deixou testemunho. Um dos argumentos levantados por Nussbaum para sustentar sua ideia repousa no fato de que, em textos de autores como Jacques Derrida e Stanley Fish, recorre a estratégia *pirrônica* de apresentar um contra-argumento sempre que qualquer argumentação é defendida. Analogamente, diz ela, diante de duas interpretações contraditórias de um texto, à maneira *pirrônica*, declara-se

que ambas têm o mesmo peso e que, portanto, não é possível decidir entre as duas – devendo-se, frente a esse conflito sem solução, *suspender-se o juízo*.<sup>1</sup>

Não sendo o meu objetivo confirmar ou refutar a hipótese aventada por Nussbaum, é certo que a autora abriu caminho para pesquisas no mínimo instigantes ao retornar aos primórdios do pensamento cético em busca de uma compreensão das suspeitas contemporâneas sobre a linguagem. Para além do interesse histórico prometido nesse caminho – compreender como se situam os duvidadores contemporâneos em relação a seus ancestrais mais remotos –, há aí também a promessa de uma melhor compreensão das relações entre ceticismo e linguagem.

Neste artigo, pretendo desenvolver, ainda que brevemente, uma análise de algumas passagens em que Sexto Empírico trata da linguagem, principalmente no tratado *Contra os gramáticos*, buscando entrever que perspectiva(s) de linguagem é(são) pressuposta(s) para a argumentação do pirrônico.

Julgo conveniente ressaltar de saída que não é minha intenção extrair de Sexto Empírico qualquer *doutrina* sobre a linguagem, o que seria insensato, considerando-se a explícita preocupação do cético em se afastar de todo tipo de dogmatismo doutrinário. Parece-me incontestável, contudo, que suas considerações sobre a linguagem devem partir de *algum* ponto de vista – é meu interesse aqui caracterizá-lo.

## 2. A linguagem cética

Sabendo do perigo de auto-refutação que o caminho da dúvida pode preparar, logo no início das *Hipotiposes pirrônicas* Sexto Empírico já adverte como tudo o que ele escreve deve ser lido: “Sobre nenhuma das matérias a serem discutidas afirmamos que as coisas são exatamente como dizemos que são; mas *relatamos* sobre cada coisa conforme o que nos aparece no momento” (*PH I 4, grifo meu*).

*No momento presente* o mundo exterior nos aparece *desta* maneira: o cético pode dar seu testemunho sobre isso como um *cronista*. O pirrônico conta, lembra, anuncia, narra, relata; com um discurso comum, ele declara um estado em que recebe passivamente o fenomênico. Os *phainomena* imprimem nos céticos uma afecção (*pathos*) que ele se limita a contar, narrar em forma de palavras. O pirrônico responde

---

<sup>1</sup> Trata-se da prática pirrônica por excelência: confrontar dois argumentos contraditórios mostrando a equidade de suas forças – e, conseqüentemente, a impossibilidade de se decidir entre eles, levando à suspensão do juízo. Voltarei a esse ponto logo adiante.

seguindo as aparências – ele só se expressa sobre o que lhe aparece, guiando-se pelo que lhe é evidente no cotidiano: “O essencial é que enunciando essas expressões, ele diz o que lhe aparece e relata sua própria impressão sem sustentar opinião, sem nada afirmar das realidades exteriores” (PH I 15).

Assim, o cético pirrônico não diz com a linguagem o real, mas apenas narra o que lhe aparece. Nas *Hipotiposes pirrônicas*, Sexto Empírico esclarece que o pirrônico não rejeita o aparente – a investigação filosófica do cético recai sobre o que se *diz* do aparente:

Aqueles que afirmam que o cético rejeita o aparente (*phainomena*) não prestaram atenção ao que dissemos. Pois, como dissemos antes, não rejeitamos as impressões sensíveis (*phantasian kataleptiken*) que nos levam ao assentimento involuntário (*abouletós*) e estas impressões são o aparente (*phainomena*). E quando investigamos se as coisas na realidade (*hypokeimenon*) são como parecem ser, aceitamos o fato de que aparecem e o que investigamos não diz respeito à aparência, mas à *explicação* da aparência, e isto é diferente de uma investigação sobre o aparente ele próprio. Por exemplo, o mel nos parece doce (e aceitamos isto na medida em que temos uma percepção sensível da doçura), porém se é doce em si mesmo é algo questionável, pois não se trata mais de uma aparência, mas de um *juízo* sobre o aparente (PH I 19-20, *grifos meus*).<sup>2</sup>

Sexto Empírico atenta, pois, para a diferença existente entre *o evidente* e *o que é dito sobre o evidente*. O fenomênico é o critério diretor da vida cética, que faz com que o pirrônico viva a sua vida e não seja inativo no dia a dia. Todavia, “o que se diz do fenômeno”, sua interpretação, é diferente do fenômeno em si. E é sobre o que se diz do fenômeno que há conflito, porque o julgamento dos fenômenos também faz parte do mundo exterior (cf. Pellegrin, 1997). O pirrônico só se expressa até o ponto em que a verdade do fenômeno não é posta em questão. A ideia é que o valor de verdade não comparece no discurso pirrônico. Mas o fato de o cético não descrever estados de coisas não o deixa inativo – nem mudo.

De modo que é desta maneira que os pirrônicos se defendem da acusação de que não podem argumentar: eles se utilizam da linguagem, porque não vão contra a argumentação – os céticos pirrônicos censuram apenas a argumentação *dogmática*. O que o cético diz ele diz de forma não dogmática, sem sustentar opiniões (*adoxastós*) (PH I 24). Sem defender qualquer tese, sem afirmar nada, os proferimentos de Sexto Empírico são como confissões – isso é o que o cético faz com as palavras. Não

<sup>2</sup> Tradução (não publicada) de Danilo Marcondes.

dogmaticamente o cético diz de suas afecções, ou melhor, do que lhe aparece, sem afirmar nem negar.

O cronista de Sexto Empírico é descendente direto do pensamento de Pirro, conforme podemos confirmar no fragmento do peripatético Aristocles de Messena, em que o discípulo de Pirro, Tímon, expõe o pensamento de seu mentor:

Tímon, pupilo de Pirro, afirma que levará uma vida feliz aquele que levar em conta as seguintes três coisas: primeiro, como são, por natureza, as coisas; segundo, que atitude devemos ter para com elas; finalmente, qual benefício de adotar-se tal atitude. Diz ele que Pirro declara serem as coisas igualmente indiferentes, indetermináveis e indecíveis, de vez que nem nossos sentidos e nem nossas crenças são verdadeiros ou falsos. Por essa razão, não devemos confiar neles, permanecendo, em vez disso, sem crenças, sem inclinações e indiferentes, dizendo de qualquer coisa que não mais é do que não é, ou que tanto é quanto não é, ou que nem é e nem não é. Afirma Tímon que, para aqueles que adotam esta atitude, o benefício é, primeiro, o não afirmar [*aphasia*] e depois a tranquilidade (Aristocles, em Eusebius, *Preparation for the Gospel* XIV, XVII 2-4).<sup>3</sup>

A passagem de Aristocles, com seu hermetismo (especialmente no trecho final), é passível de muitas traduções – e, conseqüentemente, interpretações. O que interessa a este trabalho é focar no que ela diz sobre a questão da linguagem, presente em vários pontos. Pirro declara as coisas “igualmente indiferentes, indetermináveis e indecíveis” e, depois, além de recomendar que se permaneça sem crenças nem inclinações e indiferente, sugere que se observe o discurso, numa espécie de imperativo discursivo negativo, “dizendo de qualquer coisa que não mais é do que não é, ou que tanto é quanto não é, ou que nem é e nem não é”. Daí a linguagem aparecer na sua falta, ou seja, na *afasia*. Nesse caso, para aqueles que seguem os conselhos de Pirro para se levar uma vida feliz, um primeiro resultado benéfico é o *não afirmar*.

Aqui, a primeira observação que temos de ter em mente é que a afasia não corresponde necessariamente a um calar. Precisamos lembrar que o *alfa* no grego antigo tinha o sentido de negação (como no português), mas que na linguagem corrente não necessariamente significava a privação completa. Pirro, quando se referia à afasia, era no sentido de um cuidado extremo no uso das palavras, mas não de uma total mudez. De modo que não há contradição ou incoerência em se dizer apesar da recomendada afasia – a palavra *afasia* era então empregada para indicar uma forma de *não asserção*, ou seja, um modo de proferir um discurso esvaziado de crenças. A não asserção é, para Pirro, o melhor que se pode fazer em termos linguísticos – se o objetivo for a felicidade,

<sup>3</sup> Tradução minha a partir de Annas, Barnes, 2003; Brunschwig, 1997.

como era o caso do ceticismo antigo (que, como filosofia helenística, também era uma *arte de viver*).

Para o cético, o fato de que alguma coisa nos *pareça* de determinada maneira não significa que ela verdadeiramente *seja* desse modo. É por isso que o cético não assevera, não se compromete com uma crença do que simplesmente o afeta. O cético pirrônico não pretende, com seu discurso, exprimir a verdade, as coisas como elas realmente são, entendendo-se por *realmente* um modo de *ser* que vai além do *aparecer*. Por isso, com seu discurso, ele não afirma positivamente que as coisas sejam tais como ele diz que são.

Há, pois, um contraste entre a realidade e a aparência que se reflete no discurso, impedindo que se façam asserções que digam que as coisas são tais e tais na realidade: “Podemos talvez dizer como cada um dos objetos exteriores aparece; mas não podemos aferir como cada um deles é em sua natureza” (*PH I 87*). A possibilidade de dizer a verdade do mundo *real* é o que está em jogo aqui – e a não asserção é a atitude adotada pelo cético. Segundo Sexto Empírico, fazer conjecturas sobre o não evidente é como atirar no escuro: ainda que se acerte o alvo, não se tem como verificar:

Os cétricos [...] comparam aqueles que investigam coisas não evidentes a homens atirando em um alvo no escuro; porque assim como é provável que um desses atinja o alvo e outros não, mas os que tinham atingido ou perdido é desconhecido, também, com a verdade escondida quase nas profundezas da escuridão, muitos argumentos são atirados, mas qual deles está de acordo, e qual em desacordo, é impossível aprender, como o objeto de investigação, é removido do <da esfera do> manifesto (*Adv. Log. II 325*).

No discurso dos pirrônicos não há significado absoluto ou qualquer pretensão de se afirmar uma verdade. Os pirrônicos fazem uso de argumentos e de um critério prático na conduta prática: um *modo de vida* cético. O aparente não apenas não constitui o objeto de investigação pirrônica, como é ele próprio o critério da via cética.

É significativo que *phônai* seja o termo que Sexto utilizou para suas expressões céticas (*phônai skeptikai*). Porque a palavra *phoné* indica que o significado não é informado, sobrando apenas o significante, o som. As expressões não têm um sentido absoluto, daí que não é o caso de que, sobre as *phônai* céticas, recaia valoração de verdade. Os pirrônicos, assim, não discutem sobre palavras porque não há motivo para tal, uma vez que as *phônai* céticas não têm referentes ontológicos. Nas palavras de Spinelli: “Fica claro que a linguagem perde seu peso ontológico” (1991, p. 57). Todos os discursos estão no mesmo plano, nenhum sendo mais verdadeiro ou falso do que outro. As fórmulas céticas não têm valor de verdade nem referem a nada no mundo.

Aqui é preciso ressaltar que, se dissemos entender a perspectiva representacionista de linguagem como aquela que entende ser a linguagem um espelho seja do real, seja da esfera do mental, no caso de Sexto Empírico, se podemos identificar uma proto-imagem representacionista em seu pensamento, esse representacionismo deve ser entendido desde o início como uma espécie de representacionismo *fenomênico*. Assim, não haveria uma representação de como o cético acredita ser o mundo, mas uma representação de como o mundo o atinge, uma vez que o pirrônico se refere ao mundo *aparente*, e não ao mundo como *realmente é*. A ligação mundo/linguagem seria mais exatamente expressa como uma associação fenômeno/linguagem. O manifesto, o evidente será o candidato a referente para Sexto Empírico, já que não pode ser a natureza (*phýsis*) (cf. Spinelli, 1991). Se a linguagem corresponde ou não à realidade o cético suspende o juízo.

## 2.1 A linguagem cética: aspirina e cianureto

O ceticismo, é bom não esquecer, pretende ser uma terapia para a doença dogmática. E o mais interessante para o objetivo deste trabalho é que a maneira como o cético quer curar a presunção e a precipitação dogmáticas é com o poder da argumentação (*PH* III 280). Todavia, esse remédio que deve eliminar o dogmatismo, à pena de se tornar, ele próprio, uma doença, precisa ser, ele mesmo, eliminado. É necessário que tudo seja jogado para fora do corpo: as afirmações dogmáticas, as afirmações céticas. O discurso do pirrônico, uma vez compreendido, é desnecessário. É um discurso autodestrutivo.

Sendo não mais verdadeiro do que falso (*ou mallon*), o discurso do próprio cético é autoconsumido. Tanto as expressões céticas quanto a asserção e, ainda, o discurso que fala como as coisas nos atingem devem ser queimados, jogados fora, purgados, segundo o cético pirrônico.

Fogo, escada, purgante: essas são as metáforas utilizadas por Sexto Empírico para falar da linguagem. Fogo que apaga depois de ter consumido o combustível (*Adv. Log.* II 480); remédios purgativos que são expurgados do corpo junto com a doença (*PH* I 206. Cf. *PH* II 188; *Adv. Log.* II 480-481); e escada que é lançada longe depois de se ter subido por ela para um andar mais alto (*Adv. Log.* II 481):

Como purgativos, que depois de conduzirem os fluidos para fora dos corpos são também expelidos, os argumentos contra a prova, depois de abolirem cada prova, podem também se [auto-]cancelar. E assim como não é impossível que um homem que tenha subido a um lugar mais alto com a ajuda de uma escada derrube a escada com seu pé depois da subida, assim

também o cético, depois de ter chegado à demonstração de sua tese por meio de argumento provando a não existência da prova, como se fosse por uma escada, deve então abolir esse mesmo argumento (*Adv. Log.* II 480-481).

Interpreto com a mesma inclinação tanto o que queima, como o que nos faz ultrapassar e o que se expurga. São todas medicinas de renúncia, tanto de dizer quanto de desdizer.

Saliento também neste ponto que as duas denúncias dogmáticas em torno da coerência cética, sobre o agir e o falar, podem ser entrelaçadas. As perguntas sobre se é possível agir (e viver) sem crenças; se o cético não acredita mesmo em nada (e, se assim for, se é razoável pensar que ele pode viver dessa maneira); ou seja, se o cético pode viver seu ceticismo, suscitaram velhas controvérsias que perduram até hoje em dia e que se juntam à questão da linguagem: se o cético pode se expressar através da linguagem (cf.: Brunschwig, 1997; Burnyeat; Frede, 1997). O tema também pode ser colocado sob outras formas: sobre o não evidente, como as coisas *realmente* são, os céticos não dão seu assentimento, mas então sobre o evidente, sobre o que lhes aparece, os céticos dão assentimento? Qual o alcance da suspensão do juízo (*époche*) pirrônica? Em que um pirrônico pode acreditar, o que ele pode assegurar através das palavras?

Dois tipos de ceticismo aparecem a depender das respostas: (i) o *pirronismo rústico*, que rejeita qualquer crença e, no que tange à linguagem, não dá qualquer assentimento a qualquer questão, seja ela *filosófica* ou não; e (ii) o *pirronismo urbano*, que dirige sua descrença aos assuntos dos sábios, filósofos e cientistas, por assim dizer, mas que acredita no senso comum – o que, transferindo para o campo linguístico, equivaleria a restringir o não assentimento às frases declarativas (cf. *PH* I 13). Vejamos o que (e se) podemos asseverar sobre isso investigando outra questão levantada pela *linguagem cética*: sua ligação com a *linguagem comum*.

## 2.2 A linguagem cética: vida comum, linguagem comum

Talvez seja em *Contra os gramáticos*, mais especificamente na discussão de Sexto Empírico em torno da existência da parte *técnica* da gramática, que ele melhor fornece pistas sobre como articular uma possível perspectiva de linguagem ao pensamento cético. Sexto Empírico tira da gramática (e dos gramáticos) a tarefa de estabelecer o bom uso do grego, e joga a *responsabilidade* para a comunidade linguística. É social, empiricamente – e não com regras providas da gramática – que se fala (bom) grego.

Assim, segundo o pirrônico, a capacidade de falar grego não tem a ajuda da gramática – basta seguir o curso da vida. É uma atividade intersubjetiva: há interlocutores, com suas variantes linguísticas, aos quais devemos nos adaptar. O uso é plástico, múltiplo – ele está longe de ser rígido, estanque, único. Defendendo o uso comum em detrimento das regras gramaticais baseadas em analogias feitas pelos gramáticos (que, em última análise, mostra o pirrônico, também derivam do uso ordinário), Sexto apela para a observação cotidiana como correção gramatical. A defesa do uso, assim, deve ser entendida em conformidade com o *critério do ceticismo*, segundo o qual a própria vida nos ensina a executarmos algumas ações e nos abstermos de outras (PH I 21). Dessa maneira, o bom helenismo seguirá o uso como um critério prático, não como um critério de verdade.

A *observação das regras da vida e das coisas aparentes* defendida pelos pirrônicos seria o *equivalente*, em *Contra os gramáticos*, a privilegiar a observação da língua tal como é utilizada. Daí a revolta de Sexto Empírico e sua oposição aos gramáticos que querem teorizar o uso, aquilo que não deve ser teorizado. Assim, o que ele defende, coerentemente com seu modo de filosofar pirrônico, é a *língua da vida comum*.

É sabido que o pirrônico não se opõe ao curso da vida, com seu modo de filosofar prático. Nesse sentido, é possível desde já fazer um paralelo entre a posição pirrônica frente à *vida comum* e à *linguagem comum*. Afinal, a posição cética sobre a linguagem não pode ser desvinculada da posição cética sobre a vida. Assim como o pirrônico não vai contra o que lhe é oferecido de forma involuntária na vida, também com relação à linguagem, o que Sexto Empírico pede, sobretudo em *Contra os gramáticos*, é a observação do uso comum, ou seja, do modo como a língua é utilizada por seus falantes e chega a nós sem que nos demos por isso. O pirrônico não sacraliza a linguagem, mas valoriza a linguagem comum (Porchat, 1994, p. 210).

O problema que se apresenta agora é como pode ser entendida essa defesa do *uso comum* da linguagem que Sexto Empírico faz ao longo de *Contra os gramáticos* – sobretudo quando traçamos um paralelo com outras incidências dessa expressão nas suas demais obras. Que *uso* é esse que Sexto tanto elogia? A característica que mais frequentemente o cético ressalta e repete quando se refere à linguagem comum é a sua *utilidade*.

Sexto recomenda o uso comum da linguagem, como o cético que segue os costumes comuns de seu povo. Não é meu objetivo forçar uma *teoria* do uso comum da

linguagem em Sexto Empírico, mas, como disse, mesmo para perfilar duas argumentações contraditórias dos dogmáticos, o pirrônico precisa que a linguagem signifique; que ela tenha certa estabilidade.

O parágrafo 23 das *Hipotiposes pirrônicas* então nos dá uma possível chave de como deve ser entendido o *uso comum* em Sexto Empírico. Lá, diz Sexto Empírico:

Aderindo, portanto, ao que aparece, vivemos de acordo com as normas da vida comum (*biotikén teresin*), de modo não-dogmático, já que não podemos permanecer totalmente inativos. Essas práticas que regulam a vida comum parecem ser de quatro tipos, consistindo primeiro na orientação natural (*hyphegéseis physeos*), depois no caráter necessário das sensações (*ananké pathon*), em seguida nas leis e costumes da tradição (*paradóseis nómon te kai ethon*), e por fim na instrução nas artes (*didaskalia tekhnon*) (PHI 23).<sup>4</sup>

Quando o filósofo justifica filosoficamente a posição cética no plano prático, temos que também a linguagem deve ser entendida como um hábito, como um costume que regula a vida do cético.

Uma primeira resposta se desenha: o uso comum da linguagem é útil para nossa vida em sociedade. Vida comum e linguagem comum estão definitivamente entranhadas. A linguagem do cético não alcança as coisas mesmas, mas, também, não é autorreferente: ela não é uma abstração que prescindia do mundo nem que dependa dele, mas é um instrumento de troca *no* mundo.

A linguagem comum, então, é útil para nossa vida em sociedade. Com sua circulação, podemos fazer nossos negócios, conduzir nossas vidas. Nesse sentido, a linguagem comum vai bem como está – é essa a caracterização central em *Contra os gramáticos*, em que a linguagem comum adquire status de solução não problemática. O desprezo mostrado por Sexto Empírico aos gramáticos deve-se a eles quererem teorizar o que não pode ser teorizado: o uso linguístico.

Agora cabe avançar mais um passo: o ceticismo com relação aos gramáticos pode resvalar em duas frentes: (i) na afirmação de inexistência das próprias regras da linguagem; (ii) ou na certeza pela impossibilidade de se construírem discursos teóricos sobre a linguagem e suas regras (a impossibilidade de metalinguagem).

A partir da leitura de *Contra os gramáticos*, creio que a dúvida cética de Sexto Empírico não incide ali sobre as virtudes cotidianas, práticas da linguagem. A linguagem é um instrumento de troca, como o dinheiro que circula em dada comunidade (metáfora usada por Sexto no parágrafo 178 de *Contra os gramáticos*). Seu valor também deve ser determinado pelo hábito, pelo costume da sociedade em que vivemos,

<sup>4</sup> Tradução (não publicada) de Danilo Marcondes.

na medida em que estaríamos à beira da loucura se resolvêssemos cunhar uma moeda própria, privada. Assim, a linguagem, como uma moeda, tem limites de uso impostos àqueles que a utilizam. A linguagem só vale por sua circulação – ela não deve ser auto-referente, nem serve para descrever o mundo. É na vida que ela faz sentido, como um costume herdado.

A dúvida cética em *Contra os gramáticos* parece recair, então, sobre a possibilidade de se fazer metalinguagem. O uso, princípio que norteia a linguagem, é mutável, ilimitado, infundável, indefinido, indeterminado e, assim, não pode ser sequer descrito pelos gramáticos. Dessa forma, Sexto parece descrente quanto à possibilidade de metalinguagem – ou, pelo menos, sobre a maneira tradicional de se fazer metalinguagem. A resposta de Sexto Empírico à pergunta se acaso é possível falar grego sem o ensino gramatical sobre o helenismo “concerne um ato [...] e não uma abstração” (Dalimier, 1991; cf. Sluiter, 2000). É uma prática convencional (e útil) que determina a correção da linguagem. É apenas a experiência que pode nos ensinar a nos ajustar às mais variadas situações linguísticas. Sexto Empírico desconfia de qualquer teorização, o que abre a possibilidade de chegarmos com ele a um pragmatismo radical, uma vez que não haveria regras gramaticais possíveis de serem extraídas de um fluxo contínuo do uso. Não haveria nada que fundamentasse o uso, de modo que as expressões linguísticas não possuiriam sequer um traço identitário que permitisse traçar pontes, analogias, e relacionar umas com as outras. Isso quer dizer que, uma vez que tudo o que se tem é o uso como critério, como princípio norteador, dele não se poderiam inferir quaisquer regras.

A resistência de Sexto Empírico à admissão de qualquer metalinguagem leva ao outro aspecto da linguagem sobre o qual recai a dúvida cética em *Contra os gramáticos*: a ideia de que a linguagem guarde em si mesma, naturalmente, uma ordem racional. Ao contrário do que pensam os gramáticos, diz Sexto que ela não possui tal ordem – o que podemos fazer é observar de que modo os outros usam a linguagem e fazer o mesmo, como um hábito que adquirimos vivendo em certa comunidade linguística. Para os gramáticos que acreditam em uma racionalidade intrínseca à linguagem – e, a partir dela, constroem seus tratados gramaticais baseados nas leis da analogia –, o pirrônico afirma que isso que observamos não pode ser teorizado: só podemos *nos servir* da linguagem, observando o uso comum.

Essa conclusão cética bate de frente com a normatividade da gramática, sobretudo de sua parte técnica. Essa parte não se limita à simples descrição da

linguagem, mas se quer *lei prescritiva*. E é exatamente essa presunção da gramática de distinguir e prescrever o correto do incorreto que merece o desprezo do cético. Dessa forma, ao contrário do que afirmam os gramáticos, a gramática não é técnica (*Adv. Gram.* 98, dentre outras passagens).

É importante fixar bem dois pontos aqui. Um é que o uso comum é o *critério* definidor, é o *princípio* – do que é e do que não é (bom) grego. O outro é que, ao mesmo tempo em que o critério de correção da linguagem está no uso, o uso não pertence a uma *arte*, uma *technê* (*Adv. Gram.* 181, 183, 219). E ele não pertence a qualquer arte porque nos é evidente. Afinal, diz Sexto Empírico, não precisamos de uma especialidade para experienciar o fenomênico; dessa maneira, não precisamos de uma arte para vermos o branco, provarmos o doce, sentirmos o calor, percebermos um cheiro bom (*Adv. Gram.* 23). O uso é do âmbito do senso comum, que dispensa *technê*. Disso se segue que Sexto Empírico defende o uso assim como defende tudo o que nos é evidente – e sobre tudo o que é evidente temos acordo (*Adv. Gram.* 184). O uso é um critério útil, prático, que não pertence nem à arte nem à natureza (*Adv. Gram.* 187).

Quando entendemos que para Sexto o uso não é um critério sobre o qual uma arte possa se fundar, também passamos a entender seu desprezo com relação aos gramáticos. Afinal, eles se dizem técnicos de uma arte que o cético entende ser de domínio comum: é preciso apenas observar o uso dos falantes de uma língua para se tornar apto a manejá-la (*Adv. Gram.* 219). De forma que não é preciso uma arte para julgar o helenismo se o uso comum é o critério definidor. Mais: quem fala o bom grego é o homem mais familiarizado com seu uso, e não o estudioso da analogia gramatical (*Adv. Gram.* 190). Por tudo isso, a gramática é inútil – ela não é necessária à nossa felicidade.

### 3 Linguagem cética = linguagem comum?

Já vimos que Sexto Empírico defende o uso comum como o critério que deve nortear aquele que quer falar (bem) uma língua. Contudo, percebe-se que, ao mesmo tempo em que Sexto recomenda e enfatiza a importância do uso comum do discurso, ele se refere a esse uso de maneira pouco elogiosa (como ser o uso *inconsistente*), além de apontar características que não necessariamente seriam negativas, mas que, acredito, têm uma conotação negativa quando Sexto as indica, como é o caso de *variável*. Pois que o uso seja variável poderia ser apenas uma constatação, mas quando o pirrônico afirma (e

reafirma) que o uso varia, essa afirmação faz parte de sua artilharia contra a pretensão dos gramáticos de validar a gramática como uma arte. A conclusão é que o uso deve ser seguido, mas tendo-se consciência de que sua inconsistência e volubilidade impedem que um ensinamento que o tenha como critério, como deve ser o caso da gramática, possa ser considerado uma arte.

Esses seriam casos de inconsistência, de inexatidão do uso comum? Sendo assim, seríamos fadados a usar essa linguagem, cujo princípio regulador é inconsistente, simplesmente porque não temos outra? Então também somos destinados a lembrar que devemos seguir o uso comum, mas que essa linguagem ordinária nos guarda armadilhas, arapucas, uma vez que é inconsistente e variável?

Pelo menos duas questões nos aparecem: (i) estará Sexto reproduzindo na linguagem a oposição entre aparência e essência ao distinguir entre um sentido *aparente* do enunciado e o seu sentido *verdadeiro*?; (ii) estará Sexto se apoiando tacitamente em uma compreensão representacionista da linguagem, quando se refere ao que o cético *na verdade queria dizer*? Em outros termos: devemos compreender a recusa de Sexto Empírico pela utilização *dogmática* do verbo *ser* como uma recusa *descritiva* – quer dizer, como se o dogmático no caso não tivesse sabido fazer corresponder uma certa ideia à palavra que corretamente a representa? Ou devemos tratá-la como uma recusa *normativa* acerca da ideia que o dogmático *deveria* ter associado à palavra?

Ainda se pode questionar se acaso o cético, na filosofia e na vida, usa a linguagem comum – ou, no fim das contas, qual é a linguagem que *Sexto Empírico* utiliza. Será que Sexto – aqui metonimicamente como *o pirrônico* – usa a linguagem comum? O discurso comum se confunde, dessa forma, com o discurso cético?

Acredito que sim e não, uma vez que o cético precisa esvaziar a todo momento a entranhada assertividade que a linguagem comum então lhe parece carregar. Como o dogmático existe, o cético precisa retirar toda assertividade do discurso comum. O ideal seria que o cético, como certamente enxergou Montaigne muitos séculos mais tarde que Sexto, tivesse uma *linguagem negativa*, uma nova linguagem, na qual pudessem formular suas dúvidas, sem dar a elas um caráter positivo, de modo que a linguagem do cético fosse oca de assertividade (cf. Montaigne, 1972 [1588]; Popkin, 2000; Spinelli, 1991) – assertividade que comparece na linguagem comum. Ou o ideal seria que não existissem dogmáticos...

Começamos a notar então que a concepção de *linguagem comum*, não problemática em *Contra os gramáticos*, a *solução* não só para o pirrônico como para

todos que querem levar uma vida tranquila e feliz, sofre de inconsistência quando combinada às concepções de linguagem presentes nas outras obras de Sexto Empírico.

Compreender o uso comum da linguagem como sendo dogmático em si mesmo afeta diretamente a noção central de *Contra os gramáticos*, a defesa do uso da linguagem comum (e, conseqüentemente, seu estatuto de *solução* lá presente). Isso se dá no momento em que o pirrônico enfatiza a necessidade de purgá-la, de enxugá-la de todo poder assertivo que ela possui. É claro que o fato de a linguagem comum ser dogmática não constitui problema algum para os dogmáticos; entretanto, constitui para os pirrônicos. Porque então a defesa pirrônica pelo uso comum tem de conviver com a lembrança de que toda a assertividade deve ser expulsa quando o cético usa a linguagem. O cético, dessa forma, usa ele também a linguagem comum, à falta de uma outra melhor, negativa, não assertiva em si mesma.

O aparente pragmatismo presente na defesa pelo uso comum da linguagem em *Contra os gramáticos* é perturbado quando a concepção de um *cronista* entra em conflito com a ideia de que o pirrônico narra um estado passivo, como se houvesse alguma coisa a ser expressa – e como se esse expressar tivesse um privilégio sobre os demais usos da linguagem, como se a informação fosse o uso paradigmático da linguagem. Creio haver um certo *reducionismo semântico* que parece ainda conviver com esse esvaziamento pragmático do lastro ontológico da linguagem: pois ainda que o *confessar* pareça substituir o *descrever*, insinua-se, ao que parece, como o uso paradigmático da linguagem, e não apenas como *um* uso, entre muitos outros possíveis.

Problema maior ainda é quando o pirrônico não identifica essa linguagem assertiva apenas no discurso dos dogmáticos, mas quando o próprio enunciado pirrônico *aparente* deve ser distinguido de seu sentido *subjacente* – como se na verdade o que o cético quisesse dizer fosse outra coisa, devesse ser entendido de outra maneira. Nesse ponto o cético seria um filósofo fazendo filosofia – ainda que zetética, suspensiva, aporética, pirrônica. A filosofia tem um discurso técnico: “Então na vida comum e na conversa comum o discurso inexato está em jogo, mas quando estamos pesquisando fatos, então devemos nos ater à exatidão” (*Adv. Log.* II 129). Sexto, assim, parece estabelecer uma diferença entre uso largo das palavras nas convenções comuns da vida e exatidão nas pesquisas que concernem o que é verdadeiro por natureza. No primeiro uso, o sentido frouxo e inexato é permitido, enquanto o segundo deve ter a exatidão como objetivo.

A questão que se apresenta agora é: se o discurso filosófico pretende exatidão, então também o discurso pirrônico estaria subjugado pelo critério de verdade? O próprio cético parece se isentar desse critério, uma vez que seu discurso deve ser não assertivo, e pode ser usado de maneira frouxa, inexata. O que compromete essa posição é a promessa do pirrônico de ainda estar buscando a verdade: isso implicaria na utilização de uma linguagem, pela divisão imposta de seu próprio sistema, exata, ao menos quando estivesse fazendo filosofia. Afinal, o pirrônico parece reservar à linguagem comum o critério prático, mas, para as questões ontológicas do tipo *como é x?*, o critério deve ser outro, o da verdade. É devido a essa separação que o uso, como critério definidor do que é bom grego, não pode ser considerado um critério técnico.

Do que foi dito, vê-se que o pragmatismo do uso comum defendido por Sexto Empírico sofre revés quando se percebe que as palavras comuns nada têm a ver com a verdade para o pirrônico. Deste modo, Sexto Empírico parece cair em um raciocínio do tipo dois pesos, duas medidas quando se trata de linguagem: para um o critério é prático, para outro, um critério de verdade é exigido. Afinal, só se pode falar em uma linguagem adoxástica, sem crenças, quando se considera essa em relação a uma outra – virtualmente embebida em assertividade e crença. Resultado dessa dupla medida, acredito, é o gesto metafísico por excelência que se reconhece na história do pensamento ocidental sobre a linguagem: a de postular um fundo misterioso sobre uma superfície inconsistente – ou seja, a suposição de que já uma *essência* para além da *aparência* da linguagem comum.

Essa duplicação essência/aparência também se reflete na talvez inadvertida ambição pirrônica de um controle exterior à própria prática linguística, em que o pirrônico esvaziaria a linguagem de todo peso assertório. O imperativo de tirar toda a pretensão de verdade das expressões linguísticas atribui um poder questionável ao cético, em que um querer-dizer se confundiria com o que de fato é dito: afinal, estará sob seu controle usar a linguagem sem emprestar a ela qualquer crença? Esse é, creio, um ponto nervoso em Sexto Empírico: como defender a linguagem comum, conforme nos aparece, se na realidade essa linguagem deve ser mitigada? Sexto defende o uso comum, mas quer que seu discurso seja afásico – sendo que essa afasia deve ser entendida como um oximoro: discurso que não afirma o que afirma.

Como resultado, entendo que na malha argumentativa de Sexto Empírico, ele acaba por mostrar algum ponto de vista sobre a linguagem. Esse ponto de vista bem pode ser visto como um amálgama de diferentes proto-imagens da linguagem. Devido à

sua frouxidão, ela tanto pende ali para uma espécie de representacionalismo fenomênico como para um pragmatismo radical e utilitarista – e a leitura das obras de Sexto se torna tanto mais interessante quanto mais se constata essa fluidez: uma proto-imagem representacionalista pode conviver com uma proto-imagem pragmática radical.

O movimento espiralado flagrado em *Contra os gramáticos* é interessante porque o pensamento pirrônico poderia ser ligado tanto a uma visão pragmática de linguagem, como a uma representacionalista. Ao mesmo tempo, deve-se destacar, Sexto não deixa transparecer qualquer desconfiança generalizada sobre a inteligibilidade e estabilidade da linguagem. Seu esforço se revela mais na tentativa de esboçar como deve ser entendida sua *linguagem cética*.

A oscilação sextiana, então, acontece também no entendimento da própria linguagem comum. A linguagem está bem como está – mas é preciso atenção, já que ela carrega em si um peso espúrio, razão pela qual os filósofos acabam por fazer um uso desvirtuado dela. Por isso, Sexto insiste na necessidade de descolá-la de sua assertividade característica. Entretanto, essa insistência já pode ser estranha a quem tão enfaticamente defendeu o uso comum da linguagem. Porque se o uso comum fosse não problemático, ele não precisaria de quaisquer reparos – ele não precisaria, enfim, da recomendação sextiana, em forma de oximoro: não afirmar o que afirma. O cuidado recomendado pelo pirrônico ao se usar a linguagem mostra, ao mesmo tempo, como a própria linguagem comum lhe parece dogmática – e como esse dogmatismo só é um problema para o cético, uma vez que, se assim fosse para todos, não faria sentido qualquer recomendação de uso.

O pirrônico acaba por fazer um uso não problemático da linguagem na medida em que ele se engaja no discurso segundo critérios práticos (o que, ao mesmo tempo, já pode ser revelador da desconfiança sobre um uso determinado da linguagem). Mesmo sendo um filósofo, Sexto não parece incluir seu discurso na esfera dos discursos técnicos, o que o submeteria ao critério de verdade. Ainda quando está fazendo filosofia, Sexto lembra que não atribui peso ontológico ao seu discurso. De modo que, se as opções que temos são *discurso técnico* por um lado e *discurso não técnico* por outro, que corresponde à linguagem comum, então Sexto Empírico está utilizando este último. O salto do cético é este: o discurso pirrônico é uma linguagem comum despida de qualquer crença, que ele vê intrínseca à própria linguagem. Assim, o pirrônico acaba por reproduzir a cisão realidade/aparência na linguagem, o que fica comprovado no uso de dois critérios, o de verdade e o prático, a nortear o uso linguístico – e, além disso,

também acaba por determinar a necessidade de se purgar a linguagem, de lançá-la para longe.

Para Sexto Empírico, dogmáticas ou não, inconsistentes ou inexatas, as expressões linguísticas não abalam a imperturbabilidade do céptico, já que são expurgadas. Fogo que se auto-consome; escada que, depois de usada, é jogada fora; remédios purgativos que se purgam junto com a doença. A linguagem comum é *útil* para a vida comum – que depois de usada pode ser apagada, varrida, esquecida, expurgados o remédio junto com a doença. Seus argumentos, depois de alcançado seu objetivo, deveriam ser lançados fora. O discurso de Sexto Empírico é descartado depois de cumprido seu papel, assim como a escada é jogada fora depois de se ter subido por ela. O fascínio pelo dogmatismo é então curado pelo discurso terapêutico céptico.

Mas como uma investigação filosófico-linguística não deve se eximir de formular perguntas, proponho esta: por que é preciso jogar a escada fora? Se a linguagem deve ser expurgada para Sexto – doença junto com o remédio –, então é porque ela deve guardar algum problema. Ela *é* uma doença – ou pelo menos é *suscetível* de se tornar uma doença, caso não seja eliminada. Ao mesmo tempo em que Sexto Empírico dizia que devíamos atentar para o uso comum à nossa volta, o *é* não é o que *parece* ser.

Sexto Empírico sublinha a tensão existente entre uma ideia de que a linguagem está boa como está, por um lado, e, por outro, a concepção de que temos de esvaziá-la, de que temos de lutar contra seu canto de sereia que nos enfeitiça, pois ela arma arapucas.

Coerente, Sexto não ofereceu uma doutrina, uma teoria da linguagem. Ofereceu um modo de vida. A terapia, então, objetiva isto: uma tranquilidade, um apaziguamento, porque não há mais a ansiedade que a investigação filosófica engendra (Groarke, 2006). Pelo menos, era este o objetivo – o pirrônico, desde o início, buscava a felicidade.

Enfim, não propus um *artigo terapêutico* a partir de um *uso terapêutico* da linguagem – em vez disso, deixo um ponto sem nó: .

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANNAS, J.; BARNES, J. *The Modes of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- BRUNSCHWIG, J. *L'aphasie pyrrhonienne*. In: LEVY, C.; PERNOT, L. (Ed.). *Dire l'évidence (philosophie et rhétorique antiques)*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 297-320.
- BURNYEAT, M.; FREDE, M. (Ed.). *The Original Sceptics: a controversy*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 1997.
- DALIMIER, C. *Sextus Empiricus Contre les grammairiens: ce que parler grec veut dire*. In: SAÏD, S. (Ed.). *Quelques jalons pour une histoire de l'indentité grecque*. Leiden: Univ. des Sciences Humaines de Strasbourg, Travaux du Centre de Recherche sur le Proche-Orient et la Grèce Antiques, 1991. n. 11, p. 17-32.
- GROARKE, L. Ancient Skepticism. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2006 Edition. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2006/entries/skepticism-ancient/>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- MONTAIGNE, M. de. *Ensaíos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972 [1588]. (Coleção Os Pensadores).
- NUSSBAUM, M. *Skepticism about Practical Reason in Literature and the Law*. In: *Harvard Law Review*, v. 107, n. 3, p. 714-744, jan. 1994.
- POPKIN, R. H. *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- PORCHAT, O. *Vida comum e ceticismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SEXTO EMPÍRICO. *Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index par Pierre Pellegrin, traduction par Catherine Dalimier, Daniel Delattre, Joëlle Delattre et Brigitte Pérez, sous la direction de Pierre Pellegrin. Paris: Éditions du Seuil, octobre 2002.
- \_\_\_\_\_. *Against the grammarians*. (Adversus mathematicos I). Translated with an introduction and commentary by D. L. Blank. New York: Oxford University Press Inc., 1998.(Clarendon later ancient philosophers).
- \_\_\_\_\_. *Against the Ethicists*. (Adversus mathematicos XI). Translation, commentary and introduction by Richard Bett. Oxford: Clarendon Press, 1997. (Clarendon later ancient philosophers).
- \_\_\_\_\_. *Outlines of Scepticism*. Translated by J. Annas e J. Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Outlines of Pyrrhonism*. Translated by R. G. Bury. Buffalo, New York: Prometheus Books, 1990.

\_\_\_\_\_. *Against the logicians*. With an english translation by the Rev. G. Bury. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 1957. (The Loeb Classical Library).

SLUITER, I. *The Rhetoric of Scepticism: Sextus against the Language Specialists*. In: *Acta Philosophica Fennica*, Helsinki, v. 66, p. 93-123, 2000.

SPINELLI, E. *Sceptics and language: phonaí and lógoi in Sextus Empiricus*. In: *Histoire, épistémologie, langage*, Paris, n. xiii, p. 57-70, 1991.

#### **APÊNDICE – Abreviatura das obras:**

*PH* – *Hipotiposes Pirrônicas*

*Adv. Gram.* – *Contra os gramáticos.*

*Adv. Log.* – *Contra os lógicos.*